

Bion Brasil Nestes números dos ministros, um sinal de alívio.

4 AGO 1989

JORNAL DA TARDE

Os gastos com os serviços das dívidas externa e interna foram reduzidos em 50,4% pelo governo, que cortou 9% das despesas com pessoal entre janeiro e junho deste ano, em comparação com igual período do ano passado. Esses dados constam de um documento apresentado pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, em jantar com economistas ligados às duas centrais sindicais (CUT e CGT) e ao Dieese.

A partir do encontro, os economistas chegaram a três conclusões: a crise econômica está "menos grave" que há seis meses; o Executivo está trabalhando para evitar a hiperinflação; se ela ocorrer, o culpado pode não ser o governo, mas os outros agentes econômicos, principalmente empresários que aumentam exageradamente os preços.

Essas conclusões, segundo Willy Fischer, assessor da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), e um dos participantes, estão sujeitas à veracidade dos dados revelados pelos ministros. O documento reservado elaborado pelo Instituto do Planejamento revela, ainda, que houve uma queda de 36,4% no refinanciamento da dívida externa brasileira com aval do Tesouro Nacional e uma variação de 1,4% em julho, na emissão de moedas, enquanto julho implicou crescimento de 15,9%.

Segundo Fischer, o encontro de anteontem — que contou com a participação dos ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e do Trabalho, Dorothéa Werneck — foi muito bom, apesar de ter tratado de as-

pectos gerais da economia, evitando-se as especificações. Os elementos apresentados pelos ministros são positivos, na opinião de Fischer, ainda mais porque Maílson permitiu o acesso aos dados do Banco Central e Tesouro Nacional.

Nas conversas, regadas a vinho nacional, salada de atum e rosbife com legumes, ministros e economistas concordaram que o risco da hiperinflação não passou de um acidente de percurso e se até a posse do novo presidente ela vier pode desencadear o caos.

Maílson garantiu aos economistas que não há intenção, pelo menos dos ministros da área econômica, de elaborar qualquer plano de final do governo. A intenção é "tocar" a economia com uma inflação estabilizada, talvez decrescente, até a posse do novo presidente. O ministro João Batista de Abreu garantiu que não haverá "choque tarifário" para acabar com a defasagem de preços das tarifas públicas.

A política cambial continuará sem alterações (o ministro Maílson espera que o ágio do dólar paralelo volte aos índices de 20% a 30%), a política de juros elevados também, e o pagamento dos juros da dívida externa será suspenso se as reservas cambiais brasileiras cairem abaixo do equivalente a três meses de exportações (hoje US\$ 6 bilhões). Sobre a renegociação da dívida externa, o ministro da Fazenda confessou aos economistas que o atual governo não tem credibilidade política para tratar do assunto com os credores.